

Relatório Anual
2011



- 3 Mensagem do diretor presidente**
- 4 Oportunidade de crescimento para a previdência complementar**
- 7 Um ano de intensa atividade**
- 12 Quem somos**
- 14 Órgãos de Administração**

Encarte

Balanço Patrimonial
Demonstração da Mutação do Patrim nio Social
Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
Demonstrac o do Ativo Líquido
Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
Demonstrac o das Obrigações Atuariais
Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
Parecer Atuarial
Parecer dos Auditores Independentes
Parecer do Conselho Fiscal
Manifestac o do Conselho Deliberativo
Informe Resumo dos Investimentos
Resumo da Política de Investimentos

Este Relatório Anual também
está disponível no site da entidade:
www.prebeg.org.br





As decisões ligadas à previdência complementar devem ter sempre o longo prazo como premissa.”

Longo prazo. Esta expressão, aparentemente tão simples, resume uma das premissas da previdência complementar. Significa viver o presente com um claro planejamento para o amanhã, considerando eventuais mudanças, mas sem perder o foco nas consequências futuras de nossos atos e decisões.

Este princípio é o maior desafio e o principal ensinamento da previdência complementar. Apesar de períodos de incertezas e resultados menos favoráveis, trabalhamos com premissas orientadas para a segurança, a transparência e a solidez na administração dos recursos.

Pensar no longo prazo é cada vez mais importante. Conforme dados divulgados pelo IBGE, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer passou de 62 anos, na década de 80,

para 73 anos em 2010. Este aumento representa uma mudança profunda e acelerada, quando comparada ao tempo que os países em desenvolvimento levaram para atingir expectativa de vida semelhante.

Portanto, se vamos viver mais, precisamos viver bem. Para isso, devemos gerenciar adequadamente uma série de fatores ligados ao planejamento financeiro, às relações pessoais e familiares, ao aperfeiçoamento contínuo de nossas competências e experiências, aos cuidados com a saúde, à correta organização de nosso tempo e à busca constante de novos desafios.

Sempre é tempo de pensar em novos projetos e realizações e, por isso, ter uma visão de longo prazo é essencial. É a partir dela que trabalhamos na Prebeg e que também devemos, pessoalmente, pensar nosso futuro.



Sergio Fajerman

Oportunidade de crescimento para a previdência complementar

Mais maduro em sua regulamentação e modelos de gestão, o sistema depende, para seu fortalecimento, da compreensão do brasileiro sobre os benefícios da previdência complementar.

O ano de 2011 passou tranquilo para as entidades fechadas de previdência complementar, sem grandes solavancos na economia mundial ou nacional que justificassem medidas ou ações mais drásticas. Diante de um cenário de queda constante das taxas de juros, o maior desafio dos gestores dos fundos tem sido encontrar alternativas de investimentos que remunerem o patrimônio sem acarretar exposição excessiva a riscos. De maneira geral, como comprova o gráfico abaixo, essa missão tem sido cumprida com relativo sucesso pelo sistema.

O ano também foi sem sobressaltos em relação à regulamentação do setor que não teve, em 2011, a edição de nenhuma norma ou instrução que tenha alterado significativamente as atividades dos fundos. Para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), segue sendo fundamental a Supervisão Baseada em Riscos que privilegia a orientação para a escolha de processos com eficiência e segurança comprovadas.

Por outro lado, o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, confirmado a cada

Comparativo regional

Regional *	Quantidade de entidades	%	Investimento (R\$ mil)	%	Participantes Ativos	%	Dependentes	%	Assistidos	%
Centro-Norte	38	10,3%	88.394.758	16,1%	373.784	16,6%	841.782	23,4%	105.338	15,7%
Leste	18	4,9%	18.523.108	3,4%	100.528	4,5%	174.010	4,8%	37.678	5,6%
Nordeste	31	8,4%	15.717.163	2,9%	44.955	2,0%	96.730	2,7%	30.246	4,5%
Sudeste	65	17,7%	284.229.040	51,9%	521.894	23,2%	1.277.825	35,6%	304.907	45,6%
Sudoeste	155	42,1%	106.828.764	19,5%	987.056	43,9%	904.645	25,2%	139.852	20,9%
Sul	61	16,6%	34.142.295	6,2%	220.227	9,8%	297.499	8,3%	51.022	7,6%
Total	368	100,0%	547.835.128	100,0%	2.248.444	100,0%	3.592.491	100,0%	669.043	100,0%

* Centro-Norte: RO, AM, RR, AP, GO, DF, AC, MA, MT, MS, PA, PI e TO.
Leste: MG. Nordeste: AL, BA, CE, PB, PE, RN e SE.
Sudeste: RJ e ES. Sudoeste: SP. Sul: PR, SC e RS.

Fonte: Previdência Complementar Estatística Mensal Dez/10 - PREVIC

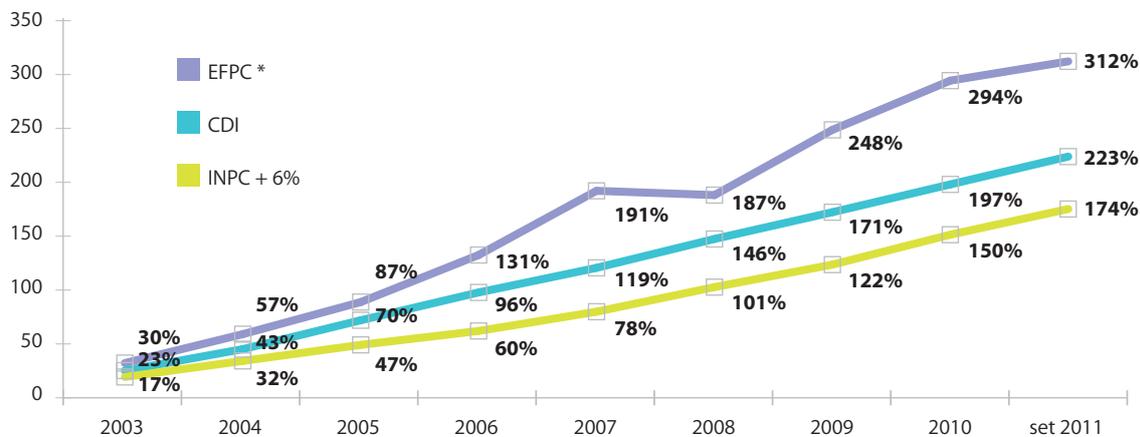


novo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deve gerar um importante impacto sobre o sistema. Esse impacto está diretamente atrelado à maior percepção da população em relação à fragilidade da Previdência Social (em seus moldes e regras atuais) para responder pela aposentadoria dos que ainda estão na ativa.

Com a população brasileira girando em torno de 190 milhões de pessoas, é grande a oportunidade de crescimento para os fundos de pensão que, segundo o último Consolidado Estatístico da

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), de setembro de 2011, oferece cobertura a cerca de 6,5 milhões de brasileiros, incluindo ativos, assistidos e dependentes. Entre aposentadorias programadas, aposentadorias por invalidez e pensões, o sistema pagou, no primeiro semestre do ano passado, mais de R\$ 11,1 bilhões de reais em benefícios. Os valores médios mensais pagos até junho de 2011 foram de R\$ 3.142 para as aposentadorias programadas, R\$ 1.533 para as aposentadorias por invalidez e R\$ 1.633 para as pensões.

Rentabilidade estimada (acumulada)



* Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fonte: ABRAPP / BACEN / IPEADATA



80000

70000

60000

50000



Um ano de intensa atividade

Melhorias em processos, encontros, palestras, eventos, workshops, modificações no Regulamento, mudança de endereço... Foram muitas – e variadas – as atividades desenvolvidas pela Prebeg no ano passado. Todas com o objetivo de aprimorar continuamente sua atuação.

No Conselho da Abrapp e no CNPC

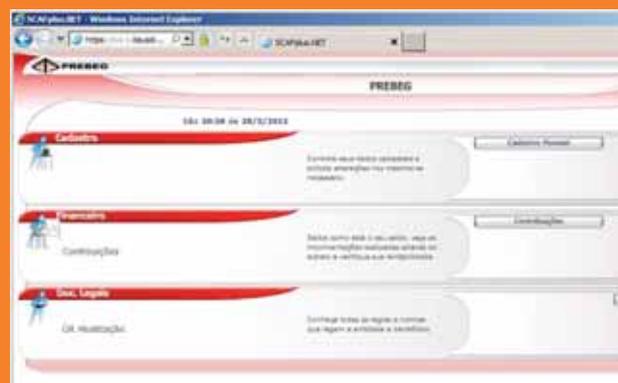
Em 2011, foi definida a composição do Conselho Deliberativo da Abrapp, constituído por 25 associadas. Reginaldo José Camilo, diretor das fundações de previdência do Itaú Unibanco, foi escolhido para assumir a Vice-Presidência do Conselho. Reginaldo foi também indicado para representar os fundos de pensão como membro titular no Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão colegiado do Ministério da Previdência Social que estabelece as normas de funcionamento do sistema.

Reuniões dos Conselhos

 Os conselheiros deliberativos realizaram suas quatro reuniões ordinárias anuais nos meses de março, maio, setembro e dezembro para analisar e dispor sobre os processos, atividades e gerenciamento da Prebeg. Da mesma forma, o Conselho Fiscal fez suas duas reuniões ordinárias anuais em março e agosto. Ao longo do ano, houve alteração de membros dos Conselhos (sua composição em 31.12.2011 está na página 14).

Área restrita no site

Em outubro, o site da Prebeg abriu um novo link restrito - a Área do Participante. Os ativos podem consultar seu cadastro, relatórios de contribuição e formulários e os assistidos têm a possibilidade de alterar seu endereço, telefone e e-mail, tirar segunda via do Demonstrativo de Pagamento, checar seu extrato de empréstimo ou fazer simulações.





Dia do Aposentado

Mais uma vez, a Prebeg participou do evento promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) para celebrar o Dia do Aposentado - 24 de janeiro de 2011. Representando todos os assistidos da Prebeg, Adelino Pires Fernandes recebeu o diploma comemorativo durante a cerimônia realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ), juntamente com mais 72 aposentados que foram homenageados por suas entidades.

Alterações regulamentares

Em julho, a Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou as alterações apresentadas pela Prebeg para o Regulamento de seu plano. Além de inclusões de termos no Glossário, foram feitas modificações em 16 artigos. No mesmo mês, o novo Regulamento foi disponibilizado no site.

Congresso da Abrapp

Em setembro, conselheiros e diretores da Prebeg participaram do 32º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, organizado pela Abrapp. Com o tema "Visão de Futuro: Inovar no Presente", o evento reuniu cerca de 3 mil profissionais que participaram de palestras, mesas-redondas, plenárias e painéis informativos.

Mudança de endereço

Em novembro, a Prebeg ganhou novas instalações. Próximo ao endereço anterior, o escritório, agora localizado em um prédio comercial, oferece maior segurança e melhor acessibilidade para os participantes e os colaboradores.

Congresso da Abrapp



Fotos: Divulgação Abrapp



Educação financeira e previdenciária

Seguindo orientação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a Prebeg, em parceria com as demais entidades de Previdência Complementar do Itaú Unibanco, aprofundou, em 2011, as ações de educação financeira e previdenciária de seus participantes, conselheiros, dirigentes e colaboradores. Todas as iniciativas são monitoradas para checar sua efetividade e adequação.

Informativo “Com você”

Editado desde 2003, o informativo bimestral é encaminhado para todos os participantes por meio eletrônico e impresso. A publicação divulga notícias, reportagens, entrevistas, matérias específicas referentes ao plano de benefícios gerido pela Prebeg e uma página exclusiva para temas relativos à educação financeira e previdenciária.



Encontro das Associações e Conselheiros

Christina Rufatto



Em maio, **Ricardo Pena**, ex-secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, falou sobre os “Novos Desafios da Previdência Complementar no Brasil e no Mundo”. Em dezembro, foi a vez de **José Eduardo Krieger**, professor da Faculdade



de Medicina da Universidade de São Paulo, abordar o “Crescimento da Longevidade & Tendências Demográficas na Perspectiva Médica”. As duas palestras fizeram parte da programação de 2011 do projeto realizado semestralmente

desde 2006 pelas fundações de previdência do Itaú Unibanco com o objetivo de alinhar e aprofundar os conhecimentos previdenciários dos participantes. Em 2011, o encontro foi certificado pelo Instituto de Certificação da Seguridade Social (ICSS), passando a valer créditos em seu Programa de Educação Continuada.



Semana da Previdência

Promovida em conjunto com as demais fundações de previdência do Itaú Unibanco desde 2004, a Semana da Previdência destaca a importância do tema para os participantes ativos que trabalham na patrocinadora. Por meio eletrônico ou presencial nos principais polos da capital paulista, a ação disponibilizou, em setembro e outubro, balcões de atendimento para orientação e esclarecimento de dúvidas e incentivou a adesão ao plano de previdência aberto oferecido pela patrocinadora.

Programa Uso Consciente do Dinheiro

Desenvolvido pelo Itaú Unibanco, o programa destina-se a todos os colaboradores do conglomerado Itaú Unibanco, incluindo os participantes ativos dos planos, bem como a sociedade em geral. Trata-se de uma ação em vários canais como site, e-mail, oficinas, palestras com especialistas e cartilhas. O objetivo é conscientizar e educar o público sobre o valor da aúde financeira e do planejamento.



Workshop Jurídico

O 5º Workshop Jurídico de Previdência Complementar foi promovido em setembro pela Prebeg juntamente com as outras entidades previdenciárias do Itaú Unibanco. Um total de 80 convidados (profissionais das fundações, das áreas jurídicas da patrocinadora e de escritórios advocatícios contratados) assistiu às apresentações de especialistas sobre diferentes aspectos das questões jurídicas ligadas ao sistema. O workshop, criado em 2007, também conta créditos para o Programa de Educação Continuada do ICSS.



Workshop para colaboradores

Há quatro anos, a Prebeg reúne seus profissionais para um workshop que visa alinhar as práticas de governança, promover melhorias no fluxo de trabalho e aprofundar os conhecimentos previdenciários. Em 2011, o workshop ocorreu em novembro e foi uma oportunidade para estimular o espírito de equipe com foco em performance, comunicação e confiança. Ao longo do ano, os colaboradores da Prebeg também participaram de treinamentos individuais específicos.



Evento dos assistidos

Muito aguardado pelos aposentados e pensionistas, o evento foi realizado em 2004 em parceria com as demais fundações de previdência do Itaú Unibanco para valorizar os benefícios oferecidos e integrar os participantes. Nos meses de junho e julho de 2011, o tema "É tempo de escrever novas histórias" atraiu 3.332 convidados para os eventos organizados em Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo que tiveram o cantor Wanderley Cardoso como atração principal.

Quem somos

Participantes Ativos • base: outubro 2011

Total de Participantes

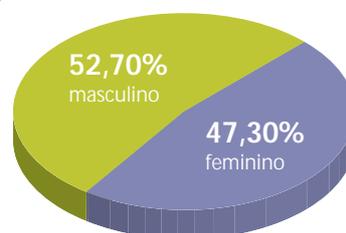
537 *

* inclui participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e em fase de opção.

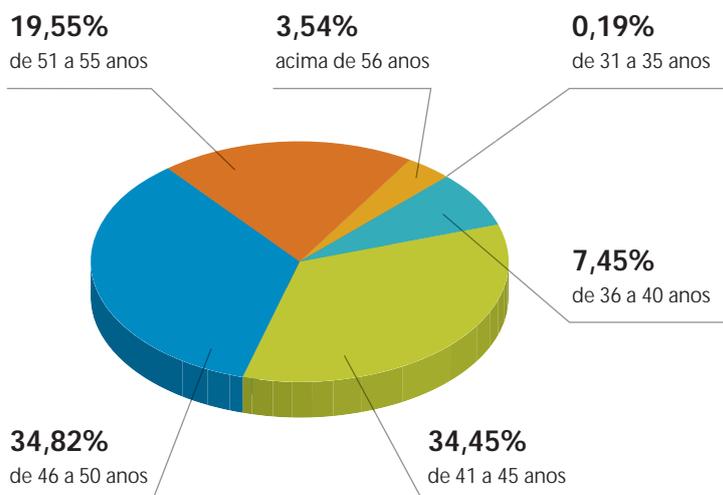
Presença nos Estados

Goiás	92,74%
Distrito Federal	3,17%
São Paulo	2,23%
Outros	1,86%

Sexo



Faixas Etárias



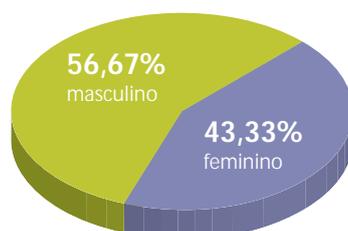
Idade média:
47 anos

Participantes Assistidos • base: outubro 2011

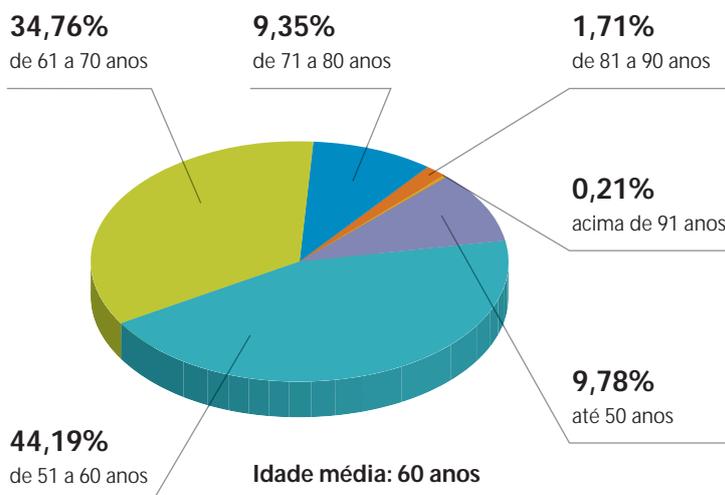
Total de Participantes

1.401

Sexo



Faixas Etárias



Presença nos Estados

Goiás	92,16%
Distrito Federal	2,21%
Tocantins	1,78%
Rio de Janeiro	1,21%
São Paulo	1,00%
Minas Gerais	0,71%
Outros	0,93%

Tipo de Benefício

Tempo de contribuição	30,68%
Antecipada	28,26%
Invalidez	23,19%
Pensão Previdenciária	15,26%
Idade	1,56%
Auxílio-doença Acidente Previdenciário	1,05%
Média de tempo de benefício	12 anos

Órgãos de Administração

Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Oswaldo do Nascimento	Caio Ibrahim David
Conselheiros indicados	Marcelo Luis Orticelli Marco Antonio Antunes Gilberto Trazzi Canteras	Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade Demosthenes Madureira de Pinho Neto Cláudio José Coutinho Arromatte
Conselheiros eleitos	Gecimar Freitas Menezes Eurípedes Arantes de Freitas	Mara Marcia Gervasio da Costa Ferreira

Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Presidente	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo	Ottavio Aldo Ronco
Conselheiros indicados	Osmar Marchini Guilherme Augusto M. F. de T. Barros Geraldo Luis Miguel Martins	José Virgilio Vita Neto Sergio Brilhante de Albuquerque Junior Carlos André Guerra Barreiros
Conselheiros eleitos	Julciley Fernandes da Silva Antonio Eustáquio Vieira	Hamilton Batista Junior Benedito Alves de Castro Neto

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Sergio Guillinet Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores Gerentes	Arnaldo Cesar Serighelli Gerson Pinheiro Pimenta Reginaldo José Camilo



Avenida República do Líbano,
Qd. D-1 Lt. 06/08, nº 1.551, Sala 602
Ed. Vanda Pinheiro – Setor Oeste
CEP 74125-125 – Goiânia – GO

www.prebeg.org.br

Relatório Anual 2011

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Patrim nio Social
- 4** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
- 5** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 6** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 7** Demonstrac o das Obrigações Atuariais
- 8** Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
- 20** Parecer Atuarial
- 23** Parecer dos Auditores Independentes
- 25** Parecer do Conselho Fiscal
- 26** Manifestac o do Conselho Deliberativo
- 27** Informe Resumo dos Investimentos
- 29** Resumo da Política de Investimentos



Balanço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2011	31/12/2010
Disponível	21	12
Realizável	1.150.336	1.091.281
Gestão Previdencial (Nota 5)	11.583	8.528
Gestão Administrativa (Nota 5)	269	53
Investimentos	1.138.484	1.082.700
Títulos Públicos (Nota 6)	-	62.109
Créditos Privados e Depósitos (Nota 6)	-	102.654
Ações (Nota 6)	755	864
Fundos de Investimento (Nota 6)	1.128.368	908.035
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	4.172	4.193
Empréstimos	4.882	4.562
Depósitos Judiciais/Recursais	307	283
Permanente (Nota 8)	19	13
Imobilizado	19	13
Total do Ativo	1.150.376	1.091.306
Passivo	31/12/2011	31/12/2010
Exigível Operacional (Nota 9)	11.173	8.026
Gestão Previdencial	10.793	7.792
Gestão Administrativa	379	231
Investimentos	1	3
Exigível Contingencial (Nota 10)	88.764	96.224
Gestão Previdencial	18.049	28.458
Gestão Administrativa	167	35
Investimentos	70.548	67.731
Patrimônio Social	1.050.439	987.056
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 11)	1.049.516	985.116
Provisões Matemáticas	837.083	788.208
Benefícios Concedidos	737.632	705.406
Benefícios a Conceder	107.853	93.008
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.402)	(10.206)
Equilíbrio Técnico (Nota 12)	212.433	196.908
Resultados Realizados	212.433	196.908
Superávit Técnico Acumulado	212.433	196.908
Fundos (Nota 13)	923	1.940
Fundos Administrativos	673	1.638
Fundos dos Investimentos	250	302
Total do Passivo	1.150.376	1.091.306

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração da Mutação do Patrim nio Social - Consolidada

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Varia�o (%)
A) Patrim�nio Social - In�cio do Exercício	987.056	902.117	9
1. Adi�es	128.392	146.793	(13)
(+) Contribui�es Previdenciais	17.905	19.917	(10)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	98.588	126.037	(22)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	9.380	-	100
(+) Receitas Administrativas	2.325	536	334
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	174	278	(37)
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento	20	25	(20)
2. Destina�es	(65.009)	(61.854)	5
(-) Benefícios	(61.473)	(47.216)	30
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	(12.733)	(100)
(-) Despesas Administrativas	(3.344)	(1.892)	77
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	(120)	-	100
(-) Reversão de Fundos de Investimento	(72)	(13)	454
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nio Social (1 + 2)	63.383	84.939	(25)
(+ / -) Provisões Matemáticas	48.875	88.616	(45)
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	15.525	(2.611)	(695)
(+ / -) Fundos Administrativos	(965)	(1.078)	(10)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	(52)	12	(533)
B) Patrim�nio Social - Final do Exercício (A + 3)	1.050.439	987.056	6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2011	31/12/2010	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	985.116	899.111	10
1. Adi�es	127.170	145.954	(13)
(+) Contribui�es Previdenciais	19.202	19.917	(4)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	98.588	126.037	(22)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	9.380	-	100
2. Destina�es	(62.770)	(59.949)	5
(-) Benefícios	(61.473)	(47.216)	30
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	-	(12.733)	(100)
(-) Custeio Administrativo	(1.297)	-	100
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	64.400	86.005	(25)
(+ / -) Provisões Matemáticas	48.875	88.616	(45)
(+ / -) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	15.525	(2.611)	(695)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)	1.049.516	985.116	7
C) Fundos Não Previdenciais	923	1.940	(52)
(+ / -) Fundos Administrativos	673	1.638	(59)
(+ / -) Fundos dos Investimentos	250	302	(17)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefícios

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Varição (%)
1. Ativos	1.149.829	1.091.037	5
Disponível	21	12	75
Recebível	12.256	10.175	20
Investimentos	1.137.552	1.080.850	5
Títulos Públicos	-	62.109	(100)
Créditos Privados e Depósitos	-	102.654	(100)
Ações	755	864	(13)
Fundos de Investimento	1.127.436	906.185	24
Investimentos Imobiliários	4.172	4.193	(1)
Empréstimos	4.882	4.562	7
Depósitos Judiciais/Recursais	307	283	8
2. Obrigações	99.390	103.981	(4)
Operacional	10.793	7.792	39
Contingencial	88.597	96.189	(8)
3. Fundos Não Previdenciais	923	1.940	(52)
Fundos Administrativos	673	1.638	(59)
Fundos dos Investimentos	250	302	(17)
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	1.049.516	985.116	7
Provisões Matemáticas	837.083	788.208	6
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	212.433	196.908	8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.638	2.716	(40)
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.498	814	207
1.1. Receitas	2.498	814	207
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.297	-	100
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.027	536	92
Resultado Positivo dos Investimentos	173	278	(38)
Outras Receitas	1	-	100
2. Despesas Administrativas	(3.463)	(1.892)	83
2.1. Administração Previdencial	(2.490)	(1.356)	84
Pessoal e Encargos	(679)	(462)	47
Treinamento/Congressos e Seminários	(54)	(23)	135
Viagens e Estadias	(54)	(74)	(27)
Serviços de Terceiros	(1.085)	(552)	97
Despesas Gerais	(546)	(243)	125
Depreciações e Amortizações	(1)	(1)	-
Contingências	(70)	-	100
Outras Despesas	(1)	(1)	-
2.2. Administração dos Investimentos	(973)	(536)	82
Serviços de Terceiros	(923)	(497)	86
Despesas Gerais	-	(39)	(100)
Contingências	(50)	-	100
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	(965)	(1.078)	(10)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(965)	(1.078)	(10)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)	673	1.638	(59)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Obrigações Atuariais - Plano de Benefícios

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	1.049.516	985.116	7
1. Provisões Matemáticas	837.083	788.208	6
1.1. Benefícios Concedidos	737.632	705.406	5
Benefício Definido	737.632	705.406	5
1.2. Benefícios a Conceder	107.853	93.008	16
Benefício Definido	107.853	93.008	16
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.402)	(10.206)	(18)
(-) Serviço Passado	(8.402)	(10.206)	(18)
(-) Patrocinador(es)	(8.402)	(10.206)	(18)
2. Equilíbrio Técnico	212.433	196.908	8
2.1. Resultados Realizados	212.433	196.908	8
Superávit Técnico Acumulado	212.433	196.908	8
Reserva de Contingência	211.371	196.908	7
Reserva para Revisão de Plano	1.062	-	100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG - PREBEG, Entidade constituída em 31 de outubro de 1973 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 24 de dezembro de 1984, tem por finalidade instituir, administrar e executar planos privados de concessão de benefícios previdenciários suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social, tendo sempre por meta os empregados dos patrocinadores e respectivos dependentes inscritos no plano. Este plano está fechado ao ingresso de novos participantes.

As patrocinadoras decidiram oferecer aos funcionários admitidos a partir de 01 de agosto de 2002 plano na modalidade de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A..

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro apresenta a seguinte posição:

	Ativos		Assistidos (1)		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Participantes	537	548	1.401	1.402	1.938	1.950
Dependentes	807	860	1.056	1.079	1.863	1.939
Total	1.344	1.408	2.457	2.481	3.801	3.889

(1) Inclui pensionistas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC's, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010. Os saldos do exercício de 2010 foram ajustados para fins de comparabilidade com o exercício de 2011, conforme detalhado na Nota 14.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e as contribuições contratadas com a patrocinadora.

- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas e outros eventos administrativos.

- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados e Fundos de Investimentos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

- a. **Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

- b. **Títulos mantidos até o vencimento:** quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2010, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

III. Empréstimos

São corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 12% a.a.

IV. Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou consideradas de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir perdas, conforme Nota 6.

Os Depósitos Judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo – Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de férias e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 9).

NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas exclusivamente com recursos do Fundo Administrativo, contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	11.583	8.528
Contribuições a receber (1)	6.807	5.746
Outros Realizáveis	400	446
Depósito Judiciais/Recursais (2)	4.376	2.336
Gestão Administrativa	269	53
Responsabilidade de Empregados	15	21
Seguro (3)	6	-
Depósito Judicial - PIS/COFINS (2)	153	32
Outros Realizáveis	95	-
Total	11.852	8.581

(1) Corresponde basicamente a provisão de valores a receber de participantes e patrocinadores, relativa a interrupção temporária de aposentadorias, decorrente da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social (INSS).

(2) Os depósitos judiciais, anteriormente registrados nas rubricas do Passivo - Exigível Contingencial, foram reclassificados nas respectivas gestões no Ativo Realizável, conforme Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011.

(3) Seguro responsabilidade por Gestão de Previdência Complementar.

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

a) Composição de Investimentos

Descrição	2011	2010
Títulos Públicos	-	62.109
Créditos Privados e Depósitos	-	102.654
Ações	755	864
Fundos de Investimentos	1.128.368	908.035
Investimentos Imobiliários	4.172	4.193
Empréstimos	5.060	4.700
(-) Provisão para Perda	(178)	(138)
Total	1.138.177	1.082.417

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

PREBEG	Valor ⁽¹⁾				
	Valor a Mercado			Categoria ⁽²⁾	
	Custo Contábil	Ajustes a Mercado	Total	Para Negociação	Até o Vencimento
Títulos Públicos	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento	1.128.368	72.861	1.201.229	425.834	702.534
Fundo de Investimento - Exclusivos	788.893	72.861	861.754	86.359	702.534
Letras Financeiras do Tesouro	2.551	-	2.551	2.551	-
Letras do Tesouro Nacional	15.327	-	15.327	15.327	-
Notas do Tesouro Nacional	771.015	72.861	843.876	68.481	702.534
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	339.475	-	339.475	339.475	-
Renda Fixa	245.356	-	245.356	245.356	-
Renda Variável	94.119	-	94.119	94.119	-
Títulos de Renda Variável	755	-	755	755	-
Ações	755	-	755	755	-
Total ⁽¹⁾	1.129.123	72.861	1.201.984	426.589	702.534

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

PREBEG	Valor ⁽¹⁾				
	Vencimento			Valor Contábil	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2011	31/12/2010
Títulos Públicos	-	-	-	-	62.109
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	62.109
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-	102.655
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	100.373
Debêntures	-	-	-	-	2.282
Fundo de Investimento	339.475	17.878	771.015	1.128.368	908.034
Fundo de Investimento - Exclusivos	-	17.878	771.015	788.893	631.624
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.551	-	2.551	5.897
Letras do Tesouro Nacional	-	15.327	-	15.327	3.926
Notas do Tesouro Nacional	-	-	771.015	771.015	621.801
Fundo de Investimento - Não Exclusivos	339.475	-	-	339.475	276.410
Renda Fixa	245.356	-	-	245.356	161.649
Renda Variável	94.119	-	-	94.119	114.761
Títulos de Renda Variável	755	-	-	755	864
Ações	755	-	-	755	864
Total⁽²⁾	340.230	17.878	771.015	1.129.123	1.073.662

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

Os investimentos em Ações (renda variável) estão avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação em 30 de dezembro ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA no montante total de R\$ 931 (R\$ 1.849 em 2010).

(2) Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" correspondem a NTNCs no montante de R\$ 199.993 (190.311 em 2010) com vencimento entre 2017 e 2031 e NTNBS no montante de R\$ 502.541 (R\$ 428.488 em 2010) com vencimento em 2030 e 2050. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 775.395 (R\$ 687.044 em 2010). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços anuais. Além disso, no caso de transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

NOTA 7 - INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Descrição	2011	2010
Aluguéis e Renda		
Uso Próprio (1) (2)	-	343
Custo	-	345
(-) Depreciação acumulada	-	(2)
Locadas a Patrocinadores (1)	3.255	3.300
Custo	3.315	3.315
(-) Depreciação acumulada	(60)	(15)
Locadas a Terceiros (1) (2)	339	34
Custo	345	-
(-) Depreciação acumulada	(6)	-
Aluguéis a Receber	-	34
Direito em Alienações	578	516
Total	4.172	4.193

(1) Reavaliação de Imóveis: De acordo com a legislação em vigor, foram procedidas reavaliações no meses de Maio e Novembro/2010, com base na norma NBRº 14.653 – Partes 1 e 2 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, cujo resultado foi de R\$ 1.258.

(2) Reclassificação do Imóvel: da rubrica "Uso Próprio" para "Locadas à Terceiros".

NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	2011	2010
Imobilizado		
Bens Móveis		
Custo	156	146
(-) Depreciação	(137)	(133)
Total	19	13

NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	10.793	7.792
Benefícios Pendentes (1)	10.199	7.171
Retenções sobre folha benefícios	594	621
Gestão Administrativa	379	231
Despesas a Pagar	379	231
Investimentos	1	3
Empréstimos - Prestações e IOF	1	3
Total	11.173	8.026

(1) Corresponde a provisão de valores a pagar relativos a interrupção temporária de aposentadorias, decorrentes da suspensão do benefício concedido pela Seguridade Social.

NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2011	2010
Gestão Previdencial	18.049	28.458
Processos de Ações Trabalhistas (1)	9.751	20.860
Processos de Ações Cíveis (2)	8.298	7.598
Gestão Administrativa	167	35
PIS/COFINS (3)	167	35
Investimentos	70.548	67.731
Imposto de Renda (4)	70.548	67.731
Total	88.764	96.224

(1) Refere-se basicamente a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando revisão de benefício em função de equiparação salarial. A variação observada em 2011 refere-se ao estorno de R\$ 15.000 em razão da revisão da base de processos, a qual teve como objetivo aprimorar o cálculo das provisões para ações trabalhistas, utilizando variáveis que permitam melhor gestão da carteira de processos.

(2) Refere-se basicamente a processos relativos a Expurgo Inflacionário.

(3) Corresponde a ação que discute judicialmente a tributação do PIS/COFINS sobre as receitas decorrentes do custeio das atividades de administração e execução de planos de benefícios, cuja probabilidade de perda foi considerada "possível" por nossos assessores legais.

(4) Apesar de ter sido declarada imune do pagamento de tributos por decisão judicial, em 2001 e 2002, a PREBEG provisionou a obrigação legal relativa ao imposto de renda sobre ganhos de capital auferidos nas aplicações em títulos de Renda Fixa e Variável, abrangendo os exercícios anteriores, tendo em vista orientação da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC. A probabilidade de perda foi considerada como possível por nossos assessores jurídicos.

NOTA 11 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões, líquido do valor atual das contribuições futuras dos participantes assistidos e das patrocinadoras, correspondentes a estes.

II. Provisões de benefícios a conceder – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras dos participantes e das patrocinadoras.

III. Provisões matemáticas a constituir – Representa o valor do contrato de amortização de contribuição suplementar do plano firmado junto ao patrocinador, decorrente da paridade contributiva estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2011/2010
Taxa Real Anual de Juros	5,50%
Projeção Crescimento Real de Salários ⁽¹⁾	1,50%
Índice de Crescimento de Benefício	INPC
Tábua de Mortalidade Geral ⁽¹⁾	AT - 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽¹⁾	AT - 2000
Tábua de Entrada em Invalidez	Light - Forte
Projeção de Crescimento Real do Benefício do INSS/Plano	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios e dos Salários	0,98
Rotatividade ⁽²⁾	Experiência Itaú 2008/2010
Método Atuarial	Agregado

(1) Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidades adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

(2) Na avaliação atuarial de 31/12/2011 procedeu-se alteração da premissa Rotatividade de "Experiência Itaú 2003/2004" para "Experiência Itaú 2008/2010", cujo efeito foi redução nas provisões matemáticas no montante de R\$ 4.746.

c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2011
Benefícios Concedidos	705.406	32.226	737.632
Benefícios a Conceder	93.008	14.845	107.853
(-) Provisão Matemática a Constituir (*)	(10.206)	1.804	(8.402)
Total	788.208	48.875	837.083

(*) Corresponde ao saldo do "Contrato de Ratificação da Assunção da Obrigação de Amortização da Contribuição Suplementar do Plano Prebeg", firmado em 11/03/2002 junto ao patrocinador Itaú Unibanco S.A., decorrente da paridade entre a contribuição do patrocinador e a contribuição do participante, determinada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, no montante de R\$ 15.000, a ser amortizado em 180 meses, a partir de Dezembro/2000.

O saldo devedor é atualizado considerando as hipóteses de juros, com capitalização mensal, e correção monetária utilizados na avaliação atuarial do plano.

A evolução do saldo do contrato foi a seguinte:

Descrição	2011	2010
Saldo no início do exercício	(10.206)	(11.940)
Benefícios a Conceder	2.888	3.109
(-) Provisão Matemática a Constituir (*)	(1.084)	(1.375)
Total	(8.402)	(10.206)

NOTA 12 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2011	2010
Reserva de Contingência	211.371	196.908
Superávit Técnico Acumulado	196.908	174.898
Superávit/(Déficit) do Exercício	15.525	(2.611)
(Constituição)/Reversão Reserva para Revisão de Plano ⁽¹⁾	(1.062)	24.621
Reserva para Revisão do Plano ⁽²⁾	1.062	-
Total	212.433	196.908

(1) Em 2010, foi revertido Reserva para Revisão do Plano de 2009 em função basicamente do efeito da alteração da Taxa Real Anual de Juros

(2) Em 2011, nos termos do Art. 20 da Lei Complementar 109/2001, o resultado superavitário foi destinado à constituição de Reserva de Contingência para garantia de benefícios até o limite de 25% das Provisões Matemáticas e o excedente à Reserva para Revisão do Plano.

NOTA 13 - FUNDOS

a) Fundos Administrativos – Constituído com base na diferença das receitas de contribuição em relação às despesas administrativas, acrescidas da rentabilidade obtida sobre o resultado dos investimentos no mês, proporcional à sua participação.

b) Fundos dos Investimentos – Constituído para garantia dos contratos de empréstimos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2010	Remuneração	Constituição /(Reversão)	Saldos em 31/12/2011
Fundos Administrativos	1.638	174	(1.139)	673
Fundos dos Investimentos	302	20	(72)	250
Total	1.940	194	(1.211)	923

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010 • em milhares de Reais

NOTA 14 - RECLASSIFICAÇÃO PARA FINS DE COMPARABILIDADE

Em atenção a Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011, e visando permitir a comparabilidade no Balanço Patrimonial, foram efetuadas as seguintes reclassificações dos saldos em 31/12/2010, referente aos Depósitos Judiciais.

Descrição	Saldo em 2010	Reclassificação	Saldos Reclassificados
Ativo			
Realizável (Nota 5)	1.088.630	2.651	1.091.281
Gestão Previdencial	6.192	2.336	8.528
Gestão Administrativa	21	32	53
Investimentos	1.082.417	283	1.082.700
Passivo			
Exigível Contingencial (Nota 10)	93.573	2.651	96.224
Gestão Previdencial	26.122	2.336	28.458
Provisão	28.458	-	28.458
(-) Depósito Judicial	(2.336)	2.336	-
Gestão Administrativa	-	35	35
Provisão	-	35	35
Investimentos	67.451	280	67.731
Provisão	67.766	(35)	67.731
(-) Depósito Judicial	(315)	315	-

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

As operações de partes relacionadas com o Itaú Unibanco S/A e Previtec Previdência e Tecnologia Ltda. caracterizam-se basicamente por:

Descrição	2011	2010
Ativo / (Passivo)		
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	8.299	10.144
Contrato de Amortização de Déficit (Nota 11)	8.402	10.206
Taxa de Administração da Carteira	(103)	(62)
Receitas / (Despesas)		
Receitas (Despesas)	(674)	(471)
Receita com Aluguéis	392	149
Taxa de Administração da Carteira	(852)	(427)
Taxa de Gestão Previdencial	(214)	(193)

NOTA 16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Através do Decreto-Lei 2383 de 1987, as Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por empresas públicas foram obrigadas a adquirir, em montante a 30% de suas reservas técnicas, OFND's que previam juros de 6% ao ano e atualização pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional – OTN's, as quais foram extintas quando da entrada em vigor do Plano Verão em 1989.

Na ocasião, atos normativos emanados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Secretaria da Fazenda determinaram que as OFND's não utilizassem o Índice de Preços ao Consumidor – IPC e sim o Bônus do Tesouro Nacional – BTN para atualização monetária, bem como não poderiam ser utilizadas no Programa Nacional de Desestatização.

A PREBEG, através de ação coletiva promovida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, impetrou medida judicial contra a União Federal, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento Social, reivindicando a reposição ocasionada pela troca do indexador compreendendo o período de Abril/1990 à Fevereiro/1991.

Em 24/09/2008 o processo foi julgado procedente no que diz respeito ao direito à correção das OFND's pelo IPC, no período de Abril/1990 à Fevereiro/1991 e não pelo BTN, cujo montante atualizado em 30/06/2011 equivale a R\$ 8.750.

Tendo em vista que a decisão poderá ser impugnada e a documentação suporte para registro contábil restringe-se a laudo técnico elaborado por empresa de consultoria contratada pela ABRAPP, o qual aponta o valor devido à entidade, os administradores decidiram por não reconhecer o montante no balanço de 31/12/2010 e manter o mesmo procedimento para o Balanço de 31/12/2011.

b) A PREBEG, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman

Diretor Presidente
CPF 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo

Contador – CRC nº 1SP114.497/O-9
CPF 859.338.648-20

Plano Prebeg

Cumpramos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2011 verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais:

Observamos, ainda, que:

Base de dados

Os dados dos participantes e assistidos, posicionados em 31/10/2011, cuja responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da Entidade, patrocinadores e de seus representantes legais, foram analisados e criticados pela Entidade, tendo sido considerados aceitáveis para a realização da avaliação atuarial.

O total de participantes ativos e autopatrocinados do plano é igual a 520, sendo 275 do sexo masculino e 245 do feminino. A idade média desses participantes é igual a 47,38 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 8,16 anos.

O total de participantes assistidos, inclusive aqueles com benefício suspenso, é de 1.187. Quanto aos participantes em período de aguardo de benefício, correspondem a 17 e os grupos familiares recebendo benefício por pensão a 214.

Considerando a tábua de mortalidade geral adotada na avaliação atuarial, apuramos que os participantes assistidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 21,08 anos.

Valores em R\$ 1,00	
Benefícios Concedidos	737.632.215,56
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	737.632.215,56
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	564.574.260,27
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	173.057.955,29
Benefícios a Conceder	107.852.810,13
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	96.646.067,70
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	120.016.048,16
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-11.665.290,01
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-11.704.690,45
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	11.206.742,43
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	13.916.644,24
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-1.352.666,53
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-1.357.235,28
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Repart. de Capitais de Cobertura	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
Provisões Matemáticas a Constituir	-8.402.177,61
Serviço Passado	-8.402.177,61
Patrocinador(es)	-8.402.177,61
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Total das Provisões Matemáticas	837.082.848,08
Fundo Previdencial	0,00
Reversão de saldo por exigência Regulamentar	0,00
Revisão de Plano	0,00
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00

Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde 12/03/2002 e o Regulamento em vigor, à época da avaliação atuarial, fora o publicado no Diário Oficial da União em 01/08/2011.

Atualmente não é complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

Avaliação Atuarial

Este parecer se refere à avaliação atuarial desenvolvida considerando o disposto no Regulamento vigente à época da avaliação.

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo os regimes de:

- Repartição Simples, para auxílio-doença, inclusive abono anual e natalidade;
- Repartição de Capitais de Cobertura, para auxílio-reclusão, inclusive abono anual;
- Capitalização, método agregado, para as aposentadorias, pensões por morte, inclusive abonos anuais, e auxílio-funeral.

Conforme recomendação dos Patrocinadores e da Entidade, os estudos atuariais foram desenvolvidos considerando as seguintes hipóteses atuariais:

Hipóteses Financeiras:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,5% a.a.;
- Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): INPC;
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a. para os autopatrocinados e 1,5% a.a. para os demais participantes;
- Projeção de Crescimento Real de Benefícios: 0% a.a.;
- Projeção de Crescimento Real do Maior Salário de Benefício do INSS: não aplicável;
- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo:
 - dos Salários: 0,98;
 - dos Benefícios do Plano: 0,98;
 - dos Benefícios do INSS: não aplicável.

Hipóteses Biométricas:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 NB, segregada por sexo;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 NB, segregada por sexo;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte;

Hipótese sobre Rotatividade:

0% para os autopatrocinados e Tabela Itaú, experiência 2008/2009/2010, para os demais participantes, sendo que 30% deverão optar pelo BPD e 70% pelo Resgate;

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados:

0% a.a.;

Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas:

Experiência ATUAS, exceto quanto aos benefícios de pensão por morte em manutenção, para os quais foram utilizadas as respectivas estruturas familiares informadas.

Foram adotadas as hipóteses indicadas pelos Patrocinadores e Entidade, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente.

Relativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e método formulados na reavaliação relativa àquele exercício, exceto quanto à hipótese sobre rotatividade.

Resolução CGPC nº 18/2006

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2010 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência PREBEG.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos Falecidos	1	0
Ativos que se invalidaram	5	0
Aposentados Válidos Falecidos	9	10
Aposentados Inválidos Falecidos	1	6
Pensionistas Válidos Falecidos	2	2
Pensionistas Inválidos Falecidos	0	0

(*) Fonte: PREBEG

Patrimônio Líquido

Com base no Balanço da Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG-PREBEG, de 31/12/2011, apuramos o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios PREBEG conforme indicado a seguir:

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre o Ativo Líquido do Plano.

	Valores em R\$
Ativo Bruto	1.150.376.260,70
Exigível Operacional	11.172.393,75
Exigível Contingencial	88.764.415,24
Fundos, exceto Previdencial	923.215,79
Ativo Líquido dos Exigíveis	1.049.516.235,92

Situação do Plano

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado no Relatório Atuarial referente ao exercício de 2011.

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de benefício definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação das hipóteses, isto é, do comportamento da evolução salarial, do desligamento de participantes ou da rentabilidade alcançada na aplicação dos recursos.

Admitindo a manutenção dos percentuais de contribuição normal do participante e a alteração da contribuição suplementar da patrocinadora, conforme compromisso acordado, para 10,476% da folha de salários dos participantes ativos e autopatrocinados, inclusive incidindo sobre o 13º, constatamos que o Plano de Benefícios encontra-se superavitário em mais de 25% do valor das provisões matemáticas.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2012.

Marília Vieira Machado da Cunha Castro

Atuária MIBA nº 351

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco BEG - PREBEG em 31 de dezembro de 2011, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Goiânia, 7 de março de 2012.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC nº 2SP000160/O-5 "S" GO

Paulo Sergio Miron

Contador – CRC nº 1SP173647/O-5 "S" GO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2011, baseados nos pareceres da consultoria atuarial Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e do auditor independente “PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes”, os membros do Conselho Fiscal da CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO BEG – PREBEG são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da PREBEG em 31.12.2011, merecendo a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 7 de março de 2012.

Conselheiros

Antonio Eustáquio Vieira

Geraldo Luís Miguel Martins

Guilherme Augusto Marcondes Ferreira de Toledo Barros

Julciley Fernandes da Silva

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2011, baseados nos pareceres da Atuas – Atuários Associados S/C Ltda. e dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e no parecer do Conselho Fiscal, os membros do Conselho Deliberativo da Prebeg deliberaram, por unanimidade, aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade e do Plano de Benefícios em 31.12.2011.

São Paulo (SP), 26 de março de 2012.

Presidente

Oswaldo do Nascimento

Conselheiro Suplente

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade

Conselheiros

Eurípedes Arantes de Freitas

Gecimar Freitas Menezes

Marco Antonio Antunes

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2011 dos planos administrados pela PREBEG

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009:

Descrição	Limite Máximo (1)	Em R\$ milhões				
		Dezembro/ 2011	%	Dezembro/ 2010	%	Var. %
Renda Fixa (2)	100	1.034,3	90,8	965,8	89,2	1,2
Títulos Públicos	100	807,4	70,9	747,6	69,1	0,5
Títulos Privados	80	226,9	19,9	218,2	20,2	3,6
Renda Variável (2)	35	94,0	8,3	107,0	9,9	(10,9)
Ações Conglomerado Itaú	10	0,8	0,1	0,9	0,1	(13,6)
Outras	35	93,2	8,2	106,1	9,8	(10,9)
Investimentos Estruturados	10	0,8	0,1	0,8	0,1	-
Imóveis	4	4,2	0,4	4,2	0,4	(2,9)
Operações c/ Participantes	5	4,9	0,4	4,6	0,4	1,4
Outros Realizáveis	0,3	0,0	-			
Total Investimentos	100	1.138,5	100,0	1.082,4	100,0	

(1) Definido na legislação em vigor e na política de investimentos de 2011 a 2015.

(2) Os ativos integrantes das carteiras de fundos estão alocados nas respectivas modalidades.

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2011 dos investimentos por segmento e os respectivos índice de referência:

De acordo com a Política de Investimentos o índice de referência para a performance das aplicações financeiras é a Meta Atuarial do plano, exceto para o segmento de Renda Variável que o índice de referência é o Bovespa.

A meta atuarial que corresponde a taxa de juros atuarial e o indexador do plano (INPC-IBGE) foi de 11,91% e o IBOVESPA acumulado em 2011 foi de -18,12.

Informe Resumo dos Investimentos

31 de dezembro de 2011

Abaixo apresentamos a rentabilidade dos investimentos por segmento e sua performance :

Segmento	% de alocação	dez/11 Nominal	Índice de Referência	Performance em relação ao índice de referência	à meta atuarial
Renda Fixa	90,8	12,67	11,91	0,68	
Renda Variável	8,3	(15,35)	(18,12)	3,38	(22,64)
Investimentos Estruturados	0,1	(1,36)	11,91	(11,86)	
Imóveis	0,4	7,71	11,91	(3,75)	
Operações c/ Participantes/Outros	0,4	20,08	11,91	7,30	
Rentabilidade Total (*)	100	9,93	9,42	0,47	(1,77)

(*) Índice de Referência composto proporcional ao percentual de alocação.

3. Gestão dos Investimentos

Os investimentos da Prebeg são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

4. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

5. Apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2011:

Descrição	Em R\$ milhões		
	Dezembro/2011	Dezembro/2010	Variação %
Despesas Administrativas	(3,4)	(1,9)	78,9%
1. Administração Previdencial	(2,5)	(1,4)	78,6%
Pessoal e Encargos	(0,7)	(0,5)	40,0%
Viagens e Estadias	-	-	-
Serviços de Terceiros	(1,1)	(0,6)	83,3%
Despesas Gerais	(0,6)	(0,3)	100,0%
Contingências	(0,1)	-	-
2. Administração dos Investimentos	(0,9)	(0,5)	80,0%
Serviços de Terceiros	(0,9)	(0,5)	80,0%
Contingências	-	-	-

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2011 dos planos:

- Plano de Benefícios Prebeg
- Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Taxa Mínima Atuarial

Plano de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Plano de Benefícios Prebeg	INPC	5,5%

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo	
			Plano de Benefícios Prebeg	PGA
Renda Fixa	53%	100%	89,20%	100%
Renda Variável	0%	25%	10,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0,10%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	0,30%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,40%	0,00%

4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 3 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos.

7. Critério para Contratação

Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

8. Participação em Assembléias de Acionistas

8.1 Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Capital Votante: 5%	Capital Total: 10%	Recursos Garantidores: 4%
---------------------	--------------------	---------------------------

9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas

9.1. Cenário Macroeconômico

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

9.2. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.

Política de Investimentos - 2012

A política de Investimentos para o período de 2012 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em Dez/2011.

Abaixo demonstramos os limites de alocação:

Segmento	Limites Resolução CMN 3.792 /09 (%)	Plano de Benefício Prebeg		PGA	
		Limites %	Alocação Alvo %	Limites %	Alocação Alvo %
Renda Fixa	100	100	89,2	100	100
Renda Variável	70	25	10	50	0
Investimentos Estruturados	20	10	0,1	10	0
Investimentos no exterior	10	3	0	3	0
Imóveis	8	4	0,3	0	0
Operações com Particip.	15	5	0,4	0	0

www.prebeg.org.br



Goiânia (GO)
Avenida Tocantins, 1.016
Setor Aeroporto – CEP 74075-100